

A GREVE ESTUDANTIL NA UFBA¹

Naomar de Almeida Filho, Reitor da UFBA

Os estudantes da Universidade Federal da Bahia decidiram entrar em greve no dia 15 de julho de 2004. Seis dias depois, foi entregue à Reitoria um documento intitulado “Pautas Gerais de Reivindicações dos Estudantes da UFBA”, contendo extensa lista de reivindicações. Nesse documento, havia menção a pautas internas de unidades de ensino e também a uma pauta nacional.

No dia 26 de julho, a Reitoria encaminhou ao comando de greve documento oficial sobre as reivindicações dos estudantes, onde se examinava de modo circunstanciado e sistemático, com toda a seriedade e responsabilidade, conteúdo, pertinência e viabilidade de cada uma das reivindicações. Vários pontos mereceram desdobramento, o que ampliou a já extensa lista de reivindicações para quase meia centena de pleitos.

Cerca de 1/5 dos itens da pauta não eram pertinentes à Reitoria, incluindo questões da alçada de outras esferas institucionais e jurídicas ou outras instâncias da Universidade. Reivindicava-se desde a construção de órgão complementar que nunca havia sido anteriormente proposto até o “Fim do contingenciamento de verbas nas áreas educacionais”. Não se pode entender por que constava a reivindicação do descontingenciamento de verbas federais em uma pauta de greve local: política econômica do governo e execução orçamentária da União são prerrogativas da Presidência da República e sua equipe ministerial. Outro exemplo de não-pertinência, embora no senso oposto: “Garantir eleição para Diretor do HUPES”. Conforme o Regimento daquele hospital, vigente, o processo de escolha do diretor é competência exclusiva do seu Conselho Deliberativo, presidido pelo Diretor da Faculdade de Medicina, a quem compete definir sua pauta.

Concordamos com a justeza e pertinência dos elementos essenciais da pauta estudantil, assinalando que a maioria desses pontos já constava do Plano de Metas do Reitorado e que, em grande medida, o exame dos pleitos encaminhados já se encontrava em curso em grupos de trabalho, câmaras, comissões e conselhos superiores da UFBA. Inicialmente, buscamos separar as pautas locais de cada faculdade ou escola (porque isso é o que de fato parecia mobilizar a grande massa de alunos insatisfeitos com o cotidiano de carências do ensino), da pauta geral da nossa universidade e da pauta nacional que vagamente se definia “contra a Reforma Universitária”. Conforme a tabela abaixo, conseguimos compilar 37 reivindicações pertinentes ao âmbito da Reitoria. Havia enorme convergência (89% dos itens) entre a pauta estudantil e o nosso Plano de Metas para a UFBA.

¹ - Uma versão preliminar deste texto foi publicada como edição especial do UFBA em Pauta, em agosto/2004.

Súmula de Avaliação da Pauta Estudantil

REIVINDICAÇÕES	
Já Atendidas	9 (24%)
Com Atendimento em Curso	15 (41%)
Acolhidas, porém dependendo de recursos	9 (24%)
Em Concordância	33 (89%)
Em Discordância	4 (11%)
Total de Reivindicações Pertinentes	37 (100%)

Constatamos que 65% das reivindicações pertinentes compreendiam iniciativas já realizadas ou em curso. Algumas das demandas até se mostravam tímidas, revelando desconhecimento do que já se faz na UFBA. Os exemplos mais curiosos disso: “aplicar 2 a 5 % do orçamento da PROEX para divulgar produção artística e científica da UFBA” e mais “Bolsas de Iniciação Científica”. No primeiro caso, o Gabinete da Reitoria, a PROEX e a PRPPG já investem mais de 30% dos seus parcos orçamentos nesta importante função, apoiando não só divulgação mas também realização de eventos. No segundo caso, pareciam desconhecer que, em 2003, a UFBA obtivera 420 bolsas de iniciação científica, mais que todas as outras instituições de ensino superior do Estado da Bahia somadas.

A pauta geral da Greve Estudantil em relação à UFBA concentrava-se em quatro pontos: a) segurança nos campi; b) assistência estudantil; c) sucateamento de prédios e laboratórios; d) contratação de professores e servidores. Concordamos com todos esses pontos, e é claro que já havíamos tomado iniciativas a esse respeito porém sua implementação esbarrava na carência de recursos orçamentários e institucionais.

O Programa de Segurança nos Campi da UFBA havia sido aprovado no Conselho Universitário desde 2003, mas não se implementara por falta de recursos financeiros. Envolveva principalmente pequenas intervenções como gradeamento, iluminação, urbanização, capino, organização dos estacionamentos etc., sistemas de controle de acesso e segurança eletrônica, a ser sustentado por meio de um Fundo de Segurança sob a forma de condomínio custeado pelas empresas (livrarias e bancos principalmente) que operam no campus. Parte importante desse programa consistia na celebração de convênio com a Polícia Militar e a Polícia Civil, como já existe na maioria das instituições federais de ensino superior no Brasil. Infelizmente, este item foi retirado da discussão no Conselho justamente por solicitação da representação estudantil.

O item Assistência Estudantil encontrava-se previsto no novo Programa de Ação Afirmativa que tínhamos aprovado um mês antes da greve. Os principais pontos mencionados nos debates pelos alunos em greve eram: construção de novas Residências Universitárias (que fazia parte da reforma patrimonial em andamento) e Restaurante Universitário (já aprovado, estando em curso uma adaptação do Centro de Convivência).

O sucateamento de prédios, equipamentos de ensino e laboratórios é um problema compartilhado pela maior parte das universidades públicas brasileira, devido principalmente à falta de recursos orçamentários para investimento em manutenção predial, equipamentos e construções. Pelo terceiro ano consecutivo, uma emenda Emenda Parlamentar de Bancada havia sido aprovada mas não liberada. A emenda de 2004 montava a 8 milhões de Reais. A pauta estudantil incluía ainda a conclusão do principal pavilhão de aulas do Campus Ondina. Trata-se de um complexo de ensino cuja construção estava parada porque entramos na justiça contra a construtora que não cumpriu prazos e tentou forçar reajuste

de orçamento; o saldo financeiro foi recolhido ao Tesouro Nacional no final de 2002 e nunca conseguimos liberação dos créditos.

Como todos os Reitores de universidades federais, lutávamos através da ANDIFES pela contratação de professores e servidores. Naquele ano, fizemos todos os concursos previstos; faltavam algumas autorizações para contratação que deveriam ser emitidas pelo MEC. E, é claro, queríamos a abertura de novas vagas porque a reposição tem sido tão lenta que aposentadorias, demissões e falecimentos recentes praticamente anulam os preenchimentos dos últimos anos.

A pauta nacional da Greve Estudantil da UFBA compreendia dois itens:

- a) “apoio aos movimentos de servidores e docentes”;
- b) “contra a Reforma Universitária do MEC, de Palocci e do FMI”.

Em relação ao apoio estudantil às mobilizações de docentes e servidores, a única e óbvia alternativa era solicitar do Governo empenho e urgência no processo de negociação das respectivas pautas de reivindicações. Sobre a greve dos servidores técnicos e administrativos da UFBA, tivemos oportunidade de reafirmar nossa compreensão de que a pauta do movimento dos servidores era histórica e politicamente justificada e que merecia imediato atendimento pelas autoridades federais.

Mas vejamos o outro item, rejeição radical de qualquer proposta de Reforma Universitária.

Compareci a reuniões com lideranças e uma dessas se transformou numa mini-assembléia. Ali, confirmei que o grau de desinformação é enorme, porém maior ainda era a manipulação de informação por setores interessados em barrar o processo de reforma. Colocando-se contra o que chamam de “projeto do MEC e do FMI”, que estaria fatiado e camuflado, misturavam a lei da PPP e a de Inovação Tecnológica com o Projeto da Reforma Universitária, junto com o PROUNI e o projeto de cotas. Na assembléia, notei que muitos estudantes estavam sedentos por esclarecimentos.

(Nessa altura, não posso conter um comentário pessoal: acho que os estudantes estão pedindo por professores que sejam realmente educadores e menos pseudo-companheiros de lutas)

Argumentei, do modo mais didático possível, na seguinte linha:

- a) Não existia, ainda, projeto de Reforma Universitária do MEC no Congresso Nacional. As diretrizes foram publicadas para produzir debates e subsidiar um projeto que seria submetido à Presidência da República em novembro.
- b) A lei da PPP e o Projeto de Lei de Inovação tangenciam a Reforma Universitária, porém dela não fazem parte.
- c) O PROUNI e o PL das Cotas buscavam resolver questões importantes nos aspectos de regulação fiscal do setor privado e de política social, mas não eram elementos estruturantes da Reforma Universitária.
- d) Autonomia e financiamento são pré-condições, mas também não eram em si elementos estruturantes para uma Reforma Universitária.

Para justificar tais postulações, propus o seguinte raciocínio: “Se conquistarmos completa autonomia administrativa e financeira, se o Governo colocar à nossa disposição todo o orçamento necessário, se abrirmos a universidade a grupos excluídos do ensino superior e, ainda assim, continuarmos com esta mesma instituição que todos criticamos como arcaica, pesada, burocratizada, ineficiente, incapaz de formação atualizada, alienada da sociedade –

terá acontecido a Reforma Universitária?” (Fiz essa pergunta diretamente à assembléia – vocês querem isso? –, e a resposta dos estudantes foi um sonoro ‘não’).

Defendi que falta debater com seriedade muitos temas vinculados à Reforma Universitária, especialmente aqueles a que se têm dado pouca atenção: modelo organizacional [política institucional, governança e gestão] e modelo acadêmico [arquitetura de cursos, estrutura de ensino, conteúdos]. Afirmei: “Sem reconstrução do modelo organizacional e do modelo acadêmico realmente não se pode falar em Reforma da Universidade”. Conclui chamando-os à responsabilidade no sentido de avaliar opções existentes e apresentar propostas e alternativas e não meramente embargar – emburrados (nos dois sentidos do termo) – processos de mudança.

Alguns membros do DCE propuseram a convocação extraordinária de uma Assembléia Universitária. Poderia ter sido uma alternativa interessante, se devidamente avaliada pelas nossas instâncias deliberativas, resultando em uma espécie de congresso interno da UFBA, organizado de modo profissional, sistemático e produtivo. Provocados pela mobilização estudantil, que se mostrou representativa de amplos setores do nosso alunado, além de inegavelmente alegre, simpática e vibrante, tivemos uma grande possibilidade de terminar enriquecendo o processo da Reforma Universitária com a participação ativa dos estudantes.

* * *

Nunca houve qualquer resposta formal do comando de greve estudantil ao documento da Reitoria que pudesse ter sido caracterizada como parte do diálogo e pactuação necessários para superar aquela crise em nossa universidade. Ao contrário, ocorreram radicalizações até hoje inexplicadas.

Em 9 de agosto, uma reunião do Conselho Universitário aprovou, em consenso e por unanimidade, incluindo o voto da representação estudantil, uma pauta conjunta de discussão. No dia seguinte, o Gabinete do Reitor foi invadido e a Reitoria ocupada por 17 dias. Vários cursos retornaram às aulas. Após as eleições municipais, a greve se esgotou, porém arrastou-se até o dia 20 de novembro. Os remanescentes sequer obtiveram quorum para uma assembléia de encerramento do movimento à altura da mobilização inicial.